

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

“AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE NATAL”

PROCESSO N.º 2021/300.10.005/825

ÍNDICE

PARTE I	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a - Objeto	3
Cláusula 2. ^a - Contrato	3
Cláusula 3. ^a – Vigência do Contrato	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
Secção I - Obrigações do Prestador de serviços	4
Subsecção I - Disposições Gerais	4
Cláusula 4. ^a - Obrigações principais do prestador de serviços.....	4
Cláusula 5. ^a - Prazo da prestação dos serviços	4
Subsecção II - Dever de sigilo	5
Cláusula 6. ^a - Objeto do dever de sigilo	5
Cláusula 7. ^a – Prazo do dever de sigilo	5
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines	6
Cláusula 8. ^a - Preço contratual.....	6
Cláusula 9. ^a - Preço base.....	6
Cláusula 10. ^a - Condições de pagamento.....	6
Cláusula 11. ^a - Revisão de preços	7
Cláusula 12. ^a – Adiantamentos	7
CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	7
Cláusula 13. ^a - Força maior	7
Cláusula 14. ^a - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines	9
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	9
Cláusula 15. ^a – Caução.....	9
Cláusula 16. ^a - Foro competente	9
CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS	9
Cláusula 17. ^a – Subcontratação e cessão da posição contractual.....	9
Cláusula 18. ^a - Comunicações e notificações	9
Cláusula 19. ^a - Contagem dos prazos.....	10
Cláusula 20. ^a – Legislação aplicável	10
PARTE II	10
Cláusula 21. ^a – Especificações Técnicas.....	10
Cláusula 22. ^a - Atributos da Proposta	11

PARTE I

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a Aquisição de iluminação pública de Natal nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, e aceites pelo adjudicatário nos

termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços, de acordo com os prazos previstos na cláusula 5ª do presente caderno de encargos, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do Prestador de serviços

Subsecção I - Disposições Gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação de efetuar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
2. O Prestador de serviços fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos referidos serviços, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços

O Prestador de serviços obriga-se a executar o contrato entre 24 de novembro de 2021 e 06 de janeiro de 2022, inclusive, sendo que a iluminação pública de Natal, deverá estar instalada e ligada no período indicado, com todos os elementos referidos nas especificações técnicas previstas na parte II do presente caderno de encargos, e obriga-se a cumprir todos os prazos indicados na sua proposta.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O Prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines

Cláusula 8.ª - Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sines deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do prestador de serviços.

Cláusula 9.ª - Preço base

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de € 52 000,00 (Cinquenta e dois mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

O preço base inclui todos os serviços a prestar no âmbito deste procedimento.

Cláusula 10.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 8.ª, serão pagas no prazo de 30 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a realização do serviço, sendo as faturas emitidas de acordo com os serviços prestados.

3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao prestador de serviços, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

Cláusula 11.ª - Revisão de preços

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

Cláusula 12.ª – Adiantamentos

No âmbito da presente prestação de serviços não há lugar a adiantamentos.

CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 13.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

5. Na sequência de eventuais ordens municipais ou governamentais relativas ao cancelamento ou adiamento da prestação de serviços/ fornecimento dos bens em consequência de surto da epidemia Covid-19, de tal facto não resultarão para o Município de Sines quaisquer encargos ou dever de indemnização, podendo tal cancelamento ou adiamento ser comunicado com uma antecedência de 24 horas. O cancelamento determinará a resolução do contrato.

Cláusula 14.ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, mediante acordo prévio escrito entre as partes e com uma antecedência de 60 (sessenta) dias.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de serviços.

CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 15.ª – Caução

Não é exigida a prestação de caução, conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 16.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª – Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação. As partes obrigam-se a aplicar as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento e circulação de dados, previstas no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

PARTE II

Cláusula 21.ª – Especificações Técnicas

O presente caderno de encargos tem como objeto a Aquisição de iluminação pública de Natal, conforme Especificações Técnicas - Anexo I ao presente caderno de encargo e que deste é considerado como parte integrante:

Cláusula 22ª - Atributos da Proposta

Nos termos do disposto no art.º 74.º n.º 1 alínea b) do CCP, o concorrente deverá apresentar a sua proposta instruída com o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável.

CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I

“AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE NATAL” - PROCESSO N.º 2021/300.10.005/825

Especificações Técnicas

Local de Instalação	Descrição	Unidades por tipologia	Medidas		
			Largura (mm)	Comprimento (mm)	Altura (mm)
Castelo Decoração da fachada com cordões e estrelas	Tipo de Composição Fachada Material Luminoso LED Cor Branco Frio e Branco Quente Animação Efeito Flash	1	900	1 900	–
Câmara Municipal Decoração da fachada com cortinas e projeção de conteúdos festivos	Tipo de Composição Fachada Material Luminoso LED Cor Branco Frio e Branco Quente Animação Projeção	1	900	1 900	–
			3 000	900	–
Junta de Freguesia de Sines Decoração da fachada com cordões e cortinas	Tipo de Composição Fachada Material Luminoso LED Cor Branco Quente	1	3 000	900	–
Igreja de Porto Covo Decoração da fachada com cortinas e estrelas	Tipo de Composição Fachada Material Luminoso LED Cor Branco Frio e Branco Quente	1	3 000	900	–
			1 725	850	–

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Coreto Decoração do Coreto com cortinas e cordões	Tipo de Composição Fachada Material Luminoso LED Cor Branco Frio, Branco Quente e Azul Visibilidade diurna Manga polímera	1	3 000	900	–
Estação dos comboios da CP Decoração da fachada com cortinas e estrela	Tipo de Composição Fachada Material Luminoso LED Cor Branco Quente	1	3 000	900	–
			2 460	2 340	–
Edifício ATL Decoração da fachada com cortinas e estrela	Tipo de Composição Fachada Material Luminoso LED Cor Branco Frio e Branco Quente	1	3 000	900	–
			2 460	2 340	–
Jardim das Descobertas Decoração das árvores com pendurais com animação	Tipo de Composição Árvore Material Luminoso LED Cor Branco Frio Animação Snow Drop	13	–	3 000	–
			–	800	–
Largo Marquês de Pombal Decoração dos troncos das árvores com cordões e as copas com bolas	Tipo de Composição Árvore Material Luminoso LED Cor Branco Frio e Branco Quente Visibilidade diurna Polímero	3	–	Ø300	–
			–	12 000	–
Largo Marquês de Pombal Decoração dos troncos das palmeiras com cortinas	Tipo de Composição Árvore Material Luminoso LED Cor Branco Frio	2	730	3 800	–
Entrada de Sines Decoração das árvores com pingentes	Tipo de Composição Árvore Material Luminoso LED Cor Branco Frio	2	1 500	150	–
Av General Humberto Delgado Decoração das árvores com círculos coloridos	Tipo de Composição Árvore Material Luminoso LED Cor Branco Quente, Vermelho, Verde	2	–	Ø873 Ø950 Ø1500 Ø570	–

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Castelo – recanto Decoração da fachada com estrela e rasto	Tipo de Composição Fachada Material Luminoso LED Cor Branco Frio e Branco Quente	1	–	26 000	–
			2 250	4 310	–
Jardim das Descobertas Pinheiro decorativo	Tipo de Composição Pinheiro Material Luminoso LED Cor Branco Quente, Vermelho, Verde Visibilidade diurna Polímero	1	3 000	8 000	–
Escola primária antiga Decoração das árvores com pendurais	Tipo de Composição Árvore Material Luminoso LED Cor Branco Frio Visibilidade diurna Polímero Animação Efeito Flash	7	–	3 000	–
			–	1 500	–
Rua António Aleixo Decoração das árvores com bolas	Tipo de Composição Árvore Material Luminoso LED Cor Branco Frio Visibilidade diurna Polímero	9	–	Ø500	–
Largo 5 de Outubro Decoração das árvores com pingentes	Tipo de Composição Árvore Material Luminoso LED Cor Verde Visibilidade diurna Festão	2	800	2 500	–
Castelo Decoração das árvores com pendurais e estrelas	Tipo de Composição Árvore Material Luminoso LED Cor Branco Frio e Branco Quente	4	–	3000	–
			725 740	2000 690 700	
Rua Marques do Pombal Decoração de laterais com estrelas e cornucópias	Tipo de Composição Laterais Material Luminoso LED Cor Branco Quente e Verde	10	950	2 820	–

